

AVANÇOS NO COMBATE À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER NO BRASIL: DESAFIOS E CONQUISTAS

Débora Holanda Saraiva Correia¹
Amanda Alice Said de Melo²
Roberclaudia Andrade Nântua de Oliveira³
Natália Abreu Silva Vieira⁴
Alexis Machado Araujo⁵
Emanuel de Araújo Pinheiro⁶

RESUMO

A violência sexual atinge mulheres de todas as classes sociais, raças e culturas e afeta o bem-estar físico e psicológico. Este estudo teve como objetivo analisar a violência sexual sofrida pela mulher brasileira, com foco nos fatores associados e nos avanços e vulnerabilidades das políticas públicas relacionadas e do atendimento às vítimas. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura das publicações nos periódicos indexados nas bases de dados Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). A busca dos artigos foi realizada por meio dos descritores violência sexual contra a mulher. O estudo mostrou a violência sexual contra a mulher está relacionada ao uso de álcool e/ou drogas pelo agressor e à baixa renda e baixa escolaridade das vítimas. A incidência de violência sexual é predominante entre mulheres jovens e é perpetrada majoritariamente por conhecidos ou parceiros íntimos. A legislação e os protocolos de atendimento têm evoluído nas últimas duas décadas, mas ainda há falhas estruturais que impedem a execução integral dos protocolos, como a falta de profissionais capacitados. Por fim, detectou-se aumento significativo no número de notificações de violência contra a mulher, o que pode indicar maior acessibilidade à informação a respeito do assunto.

Palavras-chave: Violência sexual, mulher, desafios, violência doméstica e violência.

ABSTRACT

Sexual violence affects women of all social classes, races and cultures and affects physical and psychological well-being. This study aimed to analyze the sexual violence suffered by Brazilian women, focusing on associated factors and advances and vulnerabilities of related public policies and assistance to victims. This is an integrative literature review of publications in journals indexed in the Latin American Literature in Health Sciences (LILACS) and Scientific Electronic Library Online (SciELO)

¹ Nutricionista ESTÁCIO, Especialista em Saúde do Idoso UECE, Aluna do curso de graduação em Medicina – UNICHRISTUS.

² Aluno do curso de graduação em Medicina – UNICHRISTUS.

³ Enfermeira UNIFOR, Aluno do curso de graduação em Medicina – UNICHRISTUS.

⁴ Enfermeira UNIFOR, Aluno do curso de graduação em Medicina – UNICHRISTUS.

⁵ Aluno do curso de graduação em Medicina – UNICHRISTUS.

⁶ Docente do Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS.

databases. The search for articles was carried out using the descriptors sexual violence against women. The study showed that sexual violence against women is related to the use of alcohol and/or drugs by the aggressor and to the victims' low income and low schooling. The incidence of sexual violence is predominant among young women and is mostly perpetrated by acquaintances or intimate partners. Legislation and care protocols have evolved in the last two decades, but there are still structural flaws that prevent the full implementation of protocols, such as the lack of trained professionals. Finally, a significant increase in the number of reports of violence against women was detected, which may indicate greater accessibility to information on the subject.

Keywords: Sexual violence, women, challenges, domestic violence and violence.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é, notavelmente, um dos problemas sociais mais persistentes não só no Brasil, mas em todo o mundo. Ela constitui uma violência de gênero, ou seja, “compreende ações ou circunstâncias que submetem unidirecionalmente, física e/ou emocionalmente, visível e/ou invisivelmente as pessoas em função de seu sexo” (MARINHEIRO; VIEIRA; SOUZA, 2006), e pode se dar de diversas maneiras: violência física, violência sexual, violência psicológica, violência cometida por parceiro íntimo; estupro; abuso sexual de meninas; assédio sexual no local de trabalho; violência étnica e racial; violência realizada pelo Estado por ação ou omissão; mutilação genital; violência e assassinatos ligados ao dote; estupro em massa nas guerras e conflitos armados (OEA, 1996).

Entre as violências citadas, é possível observar a predominância da violência sexual em diversas configurações e será ela o objeto de estudo deste trabalho. De acordo com o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (OMS, 2002), a violência sexual pode acontecer em qualquer lugar, incluindo a casa e o trabalho, mas não se limita a eles. Ela se concretiza quando alguém, seja qual for a sua relação com a vítima, realiza ação sexual, tentativa ou investidas sexuais indesejadas; ações voltadas ao tráfico sexual ou que, com o uso da intimidação, atinjam negativamente a sexualidade de uma pessoa.

A coerção ou intimidação sexual pode ser observada de maneiras diversas. Além da força física, pode incluir a chantagem, a ameaça e a violência psicológica “[...] – por exemplo, a ameaça de dano físico, de ser demitida de um emprego ou de

não obter um emprego” (OMS, 2002, p. 147). Também se caracteriza a coerção quando a vítima não é capaz de consentir, pois está sob o efeito de substâncias psicoativas ou desacordada (OMS, 2002).

Por se tratar de uma violência de gênero, a violência sexual contra a mulher não leva em consideração qualquer barreira social, como classe, grau de desenvolvimento econômico, tipo de cultura. Também independe do lugar onde ocorre (público ou privado) e pode ser perpetrada por conhecidos, parentes ou desconhecidos, em qualquer idade momento da vida das mulheres (SAFFIOTI, 1995).

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhecem a violência contra as mulheres como um problema de Saúde Pública. Na maior parte das vezes em que ocorre, está relacionada a problemas de saúde física, reprodutiva e mental e gera a necessidade de maior uso dos serviços de saúde por parte das vítimas. Devido à sua relação direta com a saúde, uma das principais frentes de combate e estudos sobre a violência sexual contra a mulher é a área da saúde (SCHRAIBER *et al.*, 2002).

Várias iniciativas públicas têm sido tomadas nas duas últimas décadas para conter a violência contra a mulher e, entre elas, a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) em 2003 foi especialmente relevante por estabelecer quatro eixos (combate, prevenção, assistência e garantia dos direitos) na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e por determinar a atuação articulada entre diferentes serviços e equipamentos, públicos ou não, e a comunidade para o cumprimento desses eixos (BRASIL, 2011).

Também no início da década de 2000, foi ampliada a quantidade de delegacias especializadas no atendimento à mulher. Em 2005, foi lançada a “Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento”, que determinava os procedimentos do aborto legalizado em caso de estupro. Por fim, em 2007 o governo federal instituiu o “Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres” que trouxe mudanças para as gestões estaduais e municipais no que diz respeito ao tratamento da violência sexual contra a mulher de forma integrada e multidisciplinar. (LIMA; DESLANDES, 2014).

O presente estudo teve como objetivo analisar a violência sexual sofrida pela mulher brasileira, com foco nos fatores associados e nos avanços e vulnerabilidades das políticas públicas relacionadas e do atendimento às vítimas.

METODOLOGIA

A metodologia empregada na presente pesquisa foi a revisão integrativa, a qual “emerge como uma metodologia que proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática” (SOUSA; SILVA; CARVALHO, 2010). Esse método se adequa bem à proposta de analisar a questão da violência sexual contra a mulher no sentido de identificar as principais características dos grupos atingidos e as consequências que eles sofrem, além das fragilidades no processo de atendimento às vítimas e de combate à violência e as evoluções já ocorridas nesse processo.

Nesse contexto, esta pesquisa parte do questionamento sobre qual é a situação atual da violência sexual contra a mulher no Brasil, os perfis das vítimas e agressores, quais foram os avanços já conquistados e quais são as deficiências que ainda precisam ser sanadas para que se possa avançar mais. Para tanto, empreende-se uma revisão integrativa da literatura científica nacional a respeito do tema cujo método será descrito a seguir.

A presente revisão integrativa de literatura foi executada em seis etapas: elaboração da questão norteadora, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de estudos; definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados; análise dos estudos incluídos; interpretação e apresentação dos resultados.

Para a aquisição material necessário para o desenvolvimento da pesquisa, foram realizados levantamentos bibliográficos por via eletrônica nas seguintes plataformas de dados informatizados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS®) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO®). Foram detectados, dessa forma, artigos de periódicos científicos.

Os descritores “Violência sexual contra a mulher” e o operador lógico booleano “and” foram utilizados para a busca. Os critérios de inclusão estabelecidos para a escolha das referências bibliográficas foram: publicação em língua portuguesa e dentro do recorte histórico constituído pelos anos de 2016 a 2021, ou seja, cinco anos retrospectivos.

Excluíram-se artigos de revisão, editoriais, cartas, dissertações, teses, manuais, resumos, protocolos e capítulos de livros, bem como artigos duplicados. Ao final das buscas, avaliaram-se 14 artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do levantamento de dados eletrônicos realizado nas bases de dados eleitas para utilização neste estudo, foi identificado um universo de 858 referências relacionadas à violência sexual contra a mulher, das quais 89,7% (769) eram provenientes da LILACS e 10,4% (89) tinham sido publicadas na SCIELO.

Desconsiderando os artigos repetidos, na plataforma LILACS somente 3 dos 769 resultados iniciais foram publicados no período entre 2016 e 2021 no idioma Português e com pertinência direta ao tema analisado. Já na plataforma SCIELO, do total de 89 publicações detectadas por meio das palavras-chave inseridas, somente 22 haviam sido publicados no período compreendido pela pesquisa, em língua portuguesa e com pertinência direta ao tema. Após a leitura dos resumos dos artigos, foram eliminados aqueles que abordavam questões mais gerais da violência contra a mulher, restando somente 14 (3 da LILACS e 11 da SCIELO) que tratavam do tema violência sexual contra a mulher no Brasil de forma específica.

A leitura criteriosa e organização das referências selecionadas permitiu estabelecer duas categorias de análises, quais sejam: perfil das mulheres vítimas de violência sexual/fatores associados a essa violência e atendimento e políticas públicas. A divisão se deu pelo fato de todos os artigos selecionados abordarem, com graus de especificidade variáveis, as categorias temáticas descritas.

No quadro¹ abaixo estão listados os artigos inseridos na categoria 1: perfil das mulheres vítimas de violência sexual/fatores associados a essa violência de modo a facilitar a observação das principais informações contidas nesses estudos.

Quadro 1– Caracterização dos estudos selecionados para a primeira categoria em bases de dados, segundo título, autores, ano de publicação, método e principais resultados

TÍTULO	AUTORES	ANO	OBJETIVOS	MÉTODO	RESULTADOS
Características de mulheres vítimas de violência sexual e abandono de	SOUSA <i>et al.</i>	2019	Analisar as características de mulheres vítimas de violência sexual e o abandono de seguimento de	Estudo descritivo, analítico retrospectivo e quantitativo	A maioria das mulheres eram adultas, residentes em Goiânia, empregadas, concluintes do ensino médio,

seguimento de tratamento ambulatorial			tratamento ambulatorial.		solteiras, pardas, heterossexuais, sem deficiência.
Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras	LIMA <i>et al.</i>	2017	Estimar a prevalência de violência contra mulheres profissionais do sexo, segundo natureza e perpetrador, e identificar os fatores associados.	Estudo transversal com dados colhidos pelo método respondent-driven sampling (RDS).	Prevalência de violência verbal, física e sexual, respectivamente. Fatores associados à violência física: idade < 30 anos, uso de drogas, valor do programa até R\$ 29,00
Prevalência e fatores associados da violência sexual contra a mulher: revisão sistemática	BAIGORRIA <i>et al.</i>	2017	Identificar na literatura a prevalência e fatores associados à violência sexual contra as mulheres adolescentes e adultas.	Revisão sistemática	Faixa etária predominante: de 15-49 anos. Fatores associados: baixa escolaridade, idade jovem, condições de saúde mental e saúde sexual e reprodutiva, uso de álcool e outras drogas.
Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011–2017	MASCARENHAS <i>et al.</i>	2020	Analisar as notificações de violência por parceiro íntimo (VPI) contra mulheres.	Estudo transversal com dados analisados por meio do teste χ^2 e regressão de Poisson com variância robusta para	VPI associada às mulheres de 20–39 anos de idade, gestantes, parceria conjugal, ocorrência no domicílio, reincidência da violência para

				estimar razões de proporção.	e ingestão alcoólica pelo agressor. Violência física associou-se ao grupo de 20–39 anos de idade. Violência psicológica predominou entre mulheres com ≥ 40 anos. Violência sexual maior entre gestantes e mulheres com deficiência.
Evolução da notificação de violência sexual no Brasil de 2009 a 2013	GASPAR; PEREIRA.	2018	Analisar a evolução das notificações de violência sexual no Brasil entre 2009 e 2013, dando especial enfoque ao estupro.	Estudo observacional de série temporal. Análise de dados por modelo de regressão linear generalizada de Prais-Winsten.	Maior variação positiva em: 10-19 anos, indígenas, da Região Sul, sexo feminino e baixa escolaridade. Mais de 70% das notificações foram estupros, um terço foi casos de repetição, decréscimo de notificações acompanhadas de espancamento. As características do agressor mantiveram-se estáveis. Menos casos ocorridos em via pública. A

					taxa de notificação estupro aumentou em 590% e aumento da resolutividade dos atendimentos.
Perfil do atendimento de vítimas de violência sexual em Campinas	PASSOS; GOMES; GONÇALVES .	2018	Caracterizar o perfil do atendimento a mulheres vítimas de violência sexual, com ênfase nos aspectos jurídicos.	Estudo descritivo e retrospectivo	Predominância dos crimes entre meia-noite e seis da manhã. "boletim de ocorrência" com frequência de 56%. Os crimes encontrados: estupro e violação sexual mediante fraude. 12,20% completaram o atendimento proposto. As vítimas eram na maioria solteiras, sujeitas a estupro com violência e grave ameaça no local "rua".
Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária	LEITE <i>et al.</i>	2019	Verificar associação entre a história de violência contra a mulher e características sociodemográficas e comportamentais do parceiro íntimo.	Estudo transversal, análise bivariada, por meio do teste do χ^2 de Pearson, e multivariada usando regressão	As maiores prevalências de violência psicológica, física e sexual foram associadas a parceiros que não possuíam ocupação e que recusaram o

				de Poisson com variância robusta.	uso de preservativo. Homens controladores e consumidores de bebida alcoólica associados a maior índice de violência psicológica e física. Parceiros com até 8 anos de escolaridade apresentam maior frequência de prática de violência psicológica enquanto a violência sexual foi maior entre as mulheres cujos parceiros fumavam.
Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil	DELZIOVO <i>et al.</i>	2017	Analisar a violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas, com base nas informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, objetivando descrever as características dos casos de violência sexual perpetrada	Estudo ecológico, de caráter descritivo e de série temporal.	15.508 casos de violências notificados, dos quais 2.010 sexuais. Contra adolescentes: 950 notificações. A maior parte foi da faixa etária de 10 a 14 anos, seguida por mulheres de 20 anos e mais. As adolescentes sofreram violência por

			<p>contra mulheres, notificados por profissionais de saúde nos anos de 2008 a 2013, em Santa Catarina</p>		<p>agressor único, no domicílio, à noite, com penetração vaginal, maior recorrência da agressão e gravidez. As adultas foram agredidas na residência, em via pública, à noite e madrugada, por agressor único, com penetração vaginal em mais da metade das violências notificadas, maior número de lesões físicas e tentativas de suicídio.</p>
--	--	--	---	--	--

Fonte: Própria autora.

Os estudos analisados na categoria 1 apontam que a violência sexual é menos incidente que a violência física e verbal/psicológica, respectivamente, entre o público feminino. Além disso, no que diz respeito à violência sexual existe predominância contra mulheres jovens, na faixa etária de 10 a 30 anos, e é importante ressaltar a incidência expressiva desse tipo de violência contra meninas entre 10 e 14 anos. Evidencia-se também que a violência sexual é perpetrada majoritariamente por conhecidos ou parceiros íntimos dentro do ambiente doméstico. Os fatores associados mais comuns citados nos artigos são baixa renda e baixa escolaridade das vítimas, o que pode indicar que situações de dependência financeira e de falta de acesso à informação geram vulnerabilidade a esse tipo de violência, e uso de álcool e drogas pelo agressor.

Em relação às consequências da violência sexual contra a mulher, é relevante destacar a situação psicológica. As sensações relatadas após o estupro são de nojo, medo de engravidar, de encontrar o agressor e de adquirir doenças infecciosas. No estudo de Passos, Gomes e Gonçalves (2018), os transtornos psicológicos foram diagnosticados em 90% das vítimas, transtornos psiquiátricos foram diagnosticados em 34% dos casos, e o transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) foi encontrado em 14,29% das mulheres, esse último transtorno faz com que a vítima tente se afastar de tudo o que possa trazer lembranças do trauma sofrido e apresente sintomas como insônia, irritabilidade e tensão muscular. A tentativa de se distanciar do evento traumático pode ser um dos fatores que influenciam no alto índice de abandono do tratamento antes da alta.

A intensidade dos danos psicológicos pode ser reduzida se o tratamento inicial da vítima for de qualidade. Por isso, a assistência à vítima de violência sexual precisa ser ampla e multiprofissional, incluindo auxílio psiquiátrico, psicológico, médico e de enfermagem, além de apoio familiar.

Nesse sentido, no quadro 2, a seguir, constam os artigos inseridos na categoria 2: atendimento e políticas públicas.

Quadro 2 – Caracterização dos estudos selecionados para a primeira categoria em bases de dados, segundo título, autores, ano de publicação, método e principais resultados

TÍTULO	AUTORES	ANO	OBJETIVOS	MÉTODOS	RESULTADOS
Fragilidades no processo de trabalho na Atenção à Saúde à Mulher em situação de violência sexual	BRANCO <i>et al.</i>	2020	Identificar nos discursos de gestores e trabalhadores que assistem mulheres em situação de violência sexual as condições que comprometem a atenção	Pesquisa qualitativa.	Redução cotidiana do número e rotatividade de profissionais, precárias condições de trabalho, inadequação da estrutura física para o desenvolvimento da atenção, além de lacunas

			a estas pessoas e a estruturação da rede.		na capacitação e sensibilização
Políticas públicas de proteção à mulher: avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual	PINTO <i>et al.</i>	2017	Avaliar as políticas públicas, a legislação de proteção à mulher e os atendimentos de saúde às vítimas de violência sexual.	Estudo exploratório e descritivo.	Evolução da legislação brasileira e crescente intervenção do poder público no intuito de controlar a violência. São realizados exames físico e ginecológico, outros complementares como testes sorológicos e coleta de vestígios em busca da identificação do agressor, além de assistência farmacêutica e acompanhamento multiprofissional.
Qualidade dos registros de violência sexual contra a mulher no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) em Santa	DELZIOVO <i>et al.</i>	2018	Descrever a qualidade dos registros de casos de violência sexual contra a mulher notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) em Santa Catarina,	Avaliação normativa, com dados dos registros de casos de violência sexual contra a mulher.	Detectado evidente crescimento no número de notificações no período estudado, compatível com o aumento do número de unidades notificadoras de quatro (2008) para 188 unidades (2013). Destaca-se o predomínio dos casos

Catarina, 2008-2013			Brasil, de 2008 a 2013.		notificados na faixa etária de 10 a 14 anos
Violência sexual contra a mulher e o atendimento no setor saúde em Santa Catarina – Brasil	DELZIOVO <i>et al.</i>	2018	Estimar a ocorrência de gravidez e infecção sexualmente transmissíveis (IST) decorrente da violência sexual e testar associação entre gravidez, IST e o atendimento nos serviços de saúde.	Estudo transversal com base em dados secundários de violências sexual contra a mulher no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN em Santa Catarina.	Ocorrência de gravidez foi de 7,6%. Ser atendida em 72 horas e receber a contracepção de emergência foram fatores de proteção. A ocorrência de IST foi de 3,5%. Ser atendida em 72 horas e receber profilaxias não resultou em menor proporção de IST.
Gênero e violência: interfaces com as políticas públicas no estado do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro	RANGEL; WENCZENOVIC Z.	2016	Aproximar duas realidades geo-históricas tendo como referência dois Estados brasileiros: Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro como recorte de pesquisa	Pesquisa bibliográfica o-investigativa	O número de vítimas de homicídio passou de 1.353 mulheres em 1980, para 4.762 em 2013, um aumento de 252%. A maior parte das ocorrências de violência contra mulheres registradas no Sistema Nacional de Atendimento Médico (Sinan) em 2011 acontecem dentro da casa da vítima. O cônjuge foi o autor majoritário nos casos de agressão

					A violência física é preponderante, seguida pela psicológica e pela violência sexual, respectivamente.
Análise da efetividade da Lei Maria da Penha e dos Conselhos Municipais da Mulher no combate à violência doméstica e familiar no Brasil	AMANCIO; FRAGA; RODRIGUES.	2016	Avaliar a efetividade da LMP na redução do estupro e tentativa de estupro entre 2005 e 2013 e verificar a influência dos Conselhos Municipais da Mulher na redução dos casos de violência contra a mulher.	Exame analítico descritivo.	Não houve redução das denúncias de estupro e tentativa de estupro durante o período, e o modelo econométrico, utilizando painel com efeitos aleatórios, confirmou a influência dos Conselhos Municipais.

Fonte: Própria autora.

Os estudos apontaram que a notificação de casos de violência sexual cresceu muito nos últimos anos, o que pode estar relacionado a uma maior acessibilidade das informações sobre as formas de denúncia proporcionada pela internet e uma ampliação dos canais de atendimento às vítimas. Mais uma vez, os estudos demonstraram uma quantidade expressiva de vítimas da faixa etária de 10 a 14 anos, o que demonstra a necessidade de iniciativas voltadas de forma mais específica para esse público, evitando a sexualização precoce das meninas e garantindo a educação sexual de modo que elas sejam capazes de reconhecer e denunciar a violência.

Os protocolos de atendimento estipulados pelo Ministério da Saúde buscam garantir a saúde da mulher violentada, com testes de gravidez e de ISTs, no entanto, detectou-se que há escassez de profissionais para esse tipo de atendimento, além de

fragmentação e a verticalização da assistência, que impede a atenção integral e interdisciplinar às vítimas (BRANCO *et al*, 2020).

Houve evolução nas legislações que dizem respeito à violência contra a mulher, como a Lei Maria da Penha, que prevê medidas legais e auxílio psicológico às vítimas, houve aumento do número de estupros denunciados após o início da vigência da lei. Não é possível determinar se isso se deveu a um aumento das denúncias ou dos casos em si (AMANCIO; FRAGA; RODRIGUES, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que a situação da violência sexual contra a mulher no Brasil ainda é bastante grave, especialmente no que diz respeito às mulheres mais jovens, de baixa renda e baixa escolaridade, que ainda constituem o perfil mais violentado. Os avanços ocorridos nos últimos anos foram mais no sentido da melhoria dos protocolos de atendimento e de legislação do que na diminuição do número de casos, uma vez que houve aumento do número de denúncias. Por isso, é importante que haja mais iniciativas no sentido de prevenção dos casos de violência sexual contra a mulher para que se possa de fato conter o problema.

Detectou-se também que há falhas estruturais que impedem a implementação real do atendimento multidisciplinar e completo das vítimas, que ainda sofrem muito com consequências psicológicas da violência e com o abandono do atendimento. Nesse sentido, é fundamental o aumento de investimentos em profissionais e na ampliação e melhoria das redes de atendimento.

Espera-se que essa pesquisa possa auxiliar na compreensão da violência sexual contra a mulher na atualidade e abrir caminho para pesquisas mais específicas sobre as situações inerentes a essa problemática tão ampla, de modo que se possa diagnosticar as fragilidades e solucioná-las para um avanço maior no combate à violência sexual contra a mulher.

REFERÊNCIAS

AMANCIO, Geisa Rafaela; FRAGA, Thaís Lima; RODRIGUES, Cristiana Tristão. Análise da efetividade da Lei Maria da Penha e dos Conselhos Municipais da Mulher no combate à violência doméstica e familiar no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.15, n.1, p. 171-183. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2016.1.22222>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BAIGORRIA, Judizeli *et al.* Prevalência e fatores associados da violência sexual contra a mulher: revisão sistemática. **Revista de Salud Pública**, v. 19, n. 6, p. 818-826. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.15446/rsap.V19n6.65499>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BRANCO, July Grassiely de Oliveira *et al.* Fragilidades no processo de trabalho na Atenção à Saúde à Mulher em situação de violência sexual. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1877-1886, mai 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000501877&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2021.

Brasil. Presidência da República, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de enfrentamento da violência contra as mulheres**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Secretaria de Políticas para Mulheres; 2011.

DELZIOVO, Carmem Regina *et al.* Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 6. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017000605011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 mar. 2021.

DELZIOVO, Carmem Regina *et al.* Qualidade dos registros de violência sexual contra a mulher no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) em Santa Catarina, 2008-2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 27, n. 1, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222018000100301&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 mar. 2021.

DELZIOVO, Carmem Regina *et al.* Violência sexual contra a mulher e o atendimento no setor saúde em Santa Catarina – Brasil. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1687-1696. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000501687&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2021.

GASPAR, Renato Simões; PEREIRA, Marina Uchoa Lopes. Evolução da notificação de violência sexual no Brasil de 2009 a 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 11. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018001105004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2021.

LEITE, Franciéle Marabotti Costa *et al.* Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária. **Revista brasileira de epidemiologia**, São Paulo, v. 22. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2019000100455&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2021.

LIMA, Claudia Araújo de; DESLANDES, Suely Ferreira. Violência sexual contra mulheres no Brasil: conquistas e desafios do setor saúde na década de 2000. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 787-800. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0104-12902014000300787&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2021.

LIMA, Francisca Sueli da Silva *et al.* Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017000205010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2021.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros *et al.* Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017. **Revista brasileira de epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 1. 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000200405&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2021.

MARINHEIRO, André Luis Valentini; VIEIRA, Elisabeth Meloni; SOUZA, Luiz de. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paul, v. 40, n. 4, p. 604-610. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000500008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2021.

OEA (1996). **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**: convenção de Belém do Pará, Brasil. São Paulo: Comitê Latino Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher. (CLADEM)/IPÊ.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE VIOLÊNCIA E SAÚDE, 2002. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>
Acesso em: 21 mar. 2021.

PASSOS, Ana Isabela Morsch; GOMES, Daniela Angerame Yela; GONCALVES, Carolina Lourenço Defilippi. Perfil do atendimento de vítimas de violência sexual em Campinas. **Revista Bioética**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 67-76. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422018000100067&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2021

PINTO, Lucielma Salmito Soares *et al.* Políticas públicas de proteção à mulher: avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1501-1508. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002501501&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 mar. 2021.

Rangel, Carlos Eduardo de Araújo; Wenczenovicz, Thaís Janaina. Gênero e violência: interfaces com as políticas públicas no estado do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.47, p.144-161. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth.; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de Gênero Poder e impotência**, Rio de Janeiro; Revinter; 1995. 218 p.

SCHRAIBER, Lilia Blima *et al.* Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, p. 470-477. 2002.

SOUSA, Tânia Cássia Cintra de *et al.* Características de mulheres vítimas de violência sexual e abandono de seguimento de tratamento ambulatorial. **Cadernos saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 117-123. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2019000200117&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SOUZA, Marcelo Tavares, SILVA, Michelly Dias, CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106. 2010. Disponível em: http://www.astresmetodologias.com/material/O_que_e_RIL.pdf.